

RUI BARBOSA, O FINANCISTA

LINCOLN MOURÃO MATOS

Catedrático de Ciências das Finanças

Para bem compreender um homem, é preciso situá-lo na sua época, através dos acontecimentos que constituíram a atmosfera de sua vida, o meio dentro do qual se agitou.

E' preciso conhecer os ideais que procurou atingir, as vidas que estiveram em contacto com a sua, para poder formar uma idéia real do que foi essa personalidade.

Por outro lado, é necessário julgá-lo à luz do pensamento da sua época, ao calor da cultura de seu espírito.

É, portanto, um trabalho complexo; e cresce de vulto quando se trata de uma personalidade que teve tantas facêtas, qual mais interessante, como Ruy Barbosa, cujo centenário de nascimento êste ano se comemora.

Um dos aspectos mais dignos de estudo na vida do grande brasileiro, e infelizmente pouco observado, é o de sua atuação como financista.

Realmente, Ruy Barbosa ocupou o Ministério da Fazenda, desde o início da República até 21 de Janeiro de 1891, durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

Que teria levado Ruy Barbosa a aceitar uma pasta da qual não possuía experiência e era das mais importantes? Que levaria o Marechal a confiar-lhe tal cargo, com a aprovação de todos os seus colegas de Ministério?

A segunda pergunta é, talvez, mais fácil de responder que a primeira. No crepúsculo do Império, Ruy mantivera com Ouro

Preto, chefe do gabinete, séria polêmica em torno da política econômico-financeira de S. Majestade.

Fê-lo, certamente, com finalidade política, para salientar os defeitos do regime e exaltar os méritos da República. Mas Ruy quando estudava um assunto jamais ficava pela superfície.

Sua incrível capacidade de trabalho constituía base sólida na qual se apoiava o seu gênio para alçar o vôo às regiões do pensamento e da cultura.

Por outro lado, o assunto era apaixonante, mesmo para quem jamais tivesse tido contacto com tais estudos.

O Império era o conservadorismo, a doutrina econômica firmada na exploração da terra, a vida pacata em torno da “casa grande” e ao canto plangente do trabalho escravo.

Era a economia baseada na poupança, o êxito econômico alicerçado no persistente esforço para guardar o *vintém* ganho com o suor do rosto.

Já a República, para Ruy, trazia, com o seu cortejo de novidades, a maravilhosa expansão da riqueza pelo crédito concedido em larga escala, o êxito econômico da grande indústria. Era, enfim, o capitalismo em pleno apogeu. Êsse mesmo capitalismo que estava forjando a epopéia da grande Nação Norte-Americana, como já fizera o trono de ouro de onde dominava a orgulhosa Albion.

Um tal entrechoque de idéias e de civilizações era mesmo de molde a fascinar um espírito genial como o de Ruy.

E estudou o assunto. E discorreu sobre êle. Entusiasmou a opinião pública e, certamente, deixou-se, por igual, enamorar de tais idéias.

Quando venceu a República, ainda perdurava êsse entusiasmo. Parece, assim muito lógica a escolha de seu nome, principalmente se ligarmos essa escolha à indiscutível influência que exerceu sobre Deodoro e demais instaladores do novo regime. (1)

(1) Viana Filho — *Vida de Ruy Barbosa*, pág. 210.

Mas a primeira pergunta continua de pé: porque aceitou êle o ministério das finanças?

Afóra êsse estudo da situação econômico-financeira do Ministério Outro Preto, nenhum outro trabalho de vulto se lhe conhecia dentro da especialidade.

Suas atividades advocacionais, políticas ou jornalísticas poderiam credenciá-lo melhor para a pasta do Interior ou da Educação; mas nunca das Finanças.

Mas Ruy era um fanático da Idéia. Um entusiasta do espírito. Acreditava que uma coisa que estivesse *certa em teoria* não podia *ser errada* na prática.

Se uma idéia não produzia, aplicada, o que dela se esperava, era porque não fôra bastante estudada, desenvolvida, esmerilhada. Isso calhava bem com suas tendências de estudioso; e daí a enorme soma de estudo que empregava na observação de um problema aparentemente simples.

De certo, não pôde resistir ao fascínio de aplicar as idéias que defendera. Aceitou o encargo. (2) Pô-lo aos ombros com a coragem de um patriota e a ingênua confiança de um neófito.

*

* *

De posse do Ministério, pôs mãos à obra. E era uma obra gigantesca. Plasmar o novo regime, dando-lhe uma organização financeira capaz de estimular as fôrças adormecidas da nacionalidade.

Que lhe ensinava a teoria? O efeito estimulante, quase mágico, do crédito. A rapidez das trocas e o aparente aumento

(2) "De que serviriam as suas leituras se as não pudesse converter em realizações práticas?" (Viana Filho, *in* "Vida de Ruy Barbosa", pag 221).

das riquezas. Temer o exemplo de Law? Ora, Law exagerara, mas êsse mesmo exagêro mostrava que o tônico era realmente eficaz.

Deu logo comêço às emissões de papel moeda. Mais papel. Cada vez mais. Logo atingiu a cifra de 450 mil contos. Muito alta para a época, principalmente se atendermos a que o volume total de papel moeda em circulação era de 183.177:400\$000, em 15 de Novembro de 1889.

Seria Ruy um emissionista ?

Na época, assim o chamaram. Mas é preciso fazer justiça.

Não se pode chamar de emissionista quem, apesar de tôda essa enxurrada de papel moeda lançada em circulação, bem cêdo tratou de recolhê-la, reduzindo suas emissões, no curto prazo de menos de 2 anos, a 97.000:000\$000. (3)

E sua maior ambição não era mesmo consolidar a circulação em base metálica, ainda que recorrendo aos impostos em ouro?

Para êle o papel moeda era apenas o uso do crédito pelo Estado, para estimular a iniciativa dos particulares.

A economia de Ouro Preto esperava a coincidência do espírito de iniciativa e posse de altos capitais no mesmo indivíduo. Ruy, democráticamente, punha à disposição de qualquer espírito de iniciativa os capitais necessários para realizar os sonhos mais fantásticos.

Nunca lhe passaria pela mente que as iniciativas atrevidas e falsas tomariam a dianteira das verdadeiras.

As emissões foram um estímulo. Mas caíram em terreno propício à especulação. E esta se desenvolveu.

Como não bastasse o crédito público, Ruy insistiu e obteve a lei das sociedades anônimas, esta criação típica do capitalismo.

As ações ao portador, a responsabilidade limitada dos acionistas e a irresponsabilidade quase absoluta das diretorias eram verdadeiro contrassenso para a época.

(3) João Mangabeira, "O Estadista da República", pág. 47.

Fazer ações e transmiti-las de mão em mão? Milhares de contos? Como compreender a sensatez possível dessas transações por parte de uma sociedade acostumada à solene transmissão da propriedade através das fórmulas tabelioas?

O estímulo foi excessivo. A economia do fim do Império, já abalada pela benemerência da Princesa Isabel, não resistiu a tamanho choque.

As virtudes da sensatez e do critério parece que se esconderam, de envergonhadas. Dentro em breve se viu o próprio Ruy a braços com a oposição dos prejudicados e dos que, mais experientes, avaliavam em que iria dar tôda essa loucura coletiva.

Foi a essa época que se chamou "o encilhamento".

Teve Ruy culpa do que então se cometeu? Atirar-lhe a culpa exclusiva seria calúnia. Inocentá-lo, seria uma mentira. Todos tiveram sua parcela de responsabilidade; mesmo os conservadores, porque não souberam adaptar-se á nova corrente de idéias e com a sua estúpida intransigência mais salientavam as possíveis vantagens do novo sistema.

Mas o que nem todos souberam fazer foi o que fez Ruy Barbosa. O recuo oportuno. (4) A resistêcia, embora quase tardia. E a coragem de afirmar que, embora nem tudo estivesse certo, também nem tudo estava errado. Era o patriotismo honesto.

*

* * *

A maior coroa de glória que, em matéria financeira, coube a Ruy Barbosa, lhe vem, de certo, da distribuição das rendas

(4) Viana Filho — Op cit., pág. 221.

entre a União, o Estado e os Municípios, expressa na Constituição de 1891.

Essa distribuição já é de si tão difícil que se denominou “a quadratura do círculo” em matéria financeira.

Mas Ruy venceu-a. Embora não se lhe possa atribuir a autoria exclusiva do assento, coube-lhe a glória de compreendê-lo tão bem que não hesitou em parecer contraditório.

Êle, o federalista, o defensor da autonomia dos Estados e Municípios, não atribuiu a nenhum dêstes as melhores fontes de renda. (5)

E, se é verdade que uma boa política depende de uma boa finança, que seria hoje do Brasil se Ruy não defendesse com tal intransigência os interêsses financeiros da União? (6)

Provavelmente uma série de republiquetas a se digladiarem mutuamente.

E não ficou, apenas, em linhas gerais, o seu trabalho. Foi protecionista sem exageros. E livre-cambista, sem imperialismos. Atribuindo à União o imposto sôbre a importação, deu-lhe o ônus de pagamento parcelado em ouro; sendo cada Estado livre de exportar, não poderia tornar-se exagerado contando apenas com a sua própria produção.

Hoje, à luz de novas condições de uma economia internacional, essa dualidade de direção nos impostos vitais da economia do País não pode ser aplaudida.

Mas para a época era o que de melhor se poderia desejar;

(5) Viana Filho — Op. cit., pág. 227.

(6) Combatendo o projeto Castilhos, dizia Ruy: “Taxas sôbre a renda dos Estados são taxas que os Estados pagarão quando lhes aprouver. Não vêdes que por êsse regime o desempenho dos compromissos da dívida federal fica entregue á boa vontade das assembléias provinciais?” (Anais do Cong. Const., cit. por Maximiliano — Comentários á Constituição de 1891, n.º 168, nota)

e tanto valeu que disciplinou nossa vida econômica por várias dezenas de anos sem percalços de alta monta.

*

* * *

Outra grande preocupação de Ruy Barbosa foi a estabilização do meio circulante.

Como sempre, refletiu as idéias da época.

Seu sonho dourado era a emissão lastreada em ouro. Como conciliar essa assertiva com a permissão que se atribuiu ao Governo Provisório da emissão bancária em base de lastro de apólices? (7)

E as suas emissões de papel moeda por ocasião do encilhamento ?

Tudo isso não passava, no seu modo de sentir, de concessões ao crédito para efeito de estimular a circulação da riqueza. Eram concessões esporádicas, nunca uma política organizada. Colocava-se diante da necessidade absoluta reclamada pela economia da Nação de aumentar o meio circulante. Não podendo, no momento, aumentá-lo com boa moeda, concordava em fazê-lo com a má, acreditando que a *fome de dinheiro* impediria o desequilíbrio inflacionista. (8)

Há um fato na sua gestão financeira que ilustra o que acima ficou dito.

Trata-se da conversão realizada em 6 de Outubro de 1890.

Por ela, empréstimos externos no valor de 124:655\$000 à base de juros de 5% *pagáveis em papel* foram convertidos em títulos a juros de 4%, *pagáveis em ouro e trimestralmente*.

(7) Viana Filho, op. cit., pág 221.

(8) Vêr sua justificativa, quando sugeriu a Deodoro as primeiras emissões.

Havia uma redução de encargos pela diminuição da taxa de juro. Mas essa redução somente se tornaria efetiva se fôsse possível obter o ouro para tais pagamentos dentro da própria circulação do País; ou por outras palavras, se se obtivesse em breve o desaparecimento da circulação fiduciária.

Era sua intenção conseguí-lo; e, enquanto não vinha, parte do ouro passou a ser obtida no próprio imposto de importação. (9)

Acontecimentos posteriores impediram o grande brasileiro de realizar o seu sonho. Outros após êle, como Washington Luís, também afagaram o mesmo sonho irrealizado. Valha, portanto, a patriótica intenção onde não existem as boas obras.

*
* *
*

De tudo o que foi dito, pode-se concluir que Ruy Barbosa foi um teórico em matéria financeira. Não teve nunca o senso administrativo de um Murinho. Mas outro qualquer que não possuísse a sua genial facilidade de compreensão dos assuntos mais variados teria errado muito mais.

Sua sinceridade e seu patriotismo lhe evitaram o mal comum aos teóricos em finanças: a persistência caprichosa na execução de um plano, quando êsse plano dava evidentes sinais de fracasso.

A sua própria falta de contacto experimental com a dura realidade financeira do seu tempo evitou-lhe o desânimo que

(9) São palavras de Veiga Filho, em "Manual de Ciência das Finanças", § 124: "Realizada esta conversão de acôrdo com o pretendido plano do estabelecimento da circulação Monetária do País e justificada em parte pela arrecadação, que então se fazia de importação em ouro, foi um sucesso.

seria natural em temperamentos mesmo tão combativos como o seu, numa época como a do início da República.

A sua fé inabalável na verdade de uma idéia, depois de havê-la exaustivamente estudado, dava-lhe ao mesmo tempo a coragem de modificar a forma por que fôra apresentada a idéia e a perseverança em defendê-la à custa dos maiores sacrifícios.

Como financista teve seus erros, mas muito lhe deve o Brasil. E que atire a primeirâ pedra aquêle que se julgue houvesse sido capaz de enfrentar melhor os acontecimentos do alvorecer da era republicana, com o encargo de organizá-la e fortalecê-la financeiramente. Nós é que não faremos.

.....

A autonomia do Estado, no seio da civilização progressista e leiga do ocidente, é, nas constituições hodiernas, a idéa prima, a lei fundamental. Acima della não deve existir nenhum poder. Existem, sim, direitos eternos, inauferiveis, essenciaes ao desenvolvimento liberal do homem. Esses direitos representam as diversas faces da actividade particular, nas suas modalidades legítimas, nas suas tendencias providenciaes; constituem, derredor de cada um de nós, uma esphera sagrada, que á autoridade social não é lícito penetrar sem violencia ou injustiça.

.....

Rui Barbosa (O Papa e o Concílio)